

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

**A COBERTURA DA MÍDIA DE CASOS DE VIOLÊNCIA INFANTIL**  
**Como o jornal Gazeta do Povo lidou com o “Novembro do Terror”**

João Cezar Varella<sup>1</sup>

São Paulo, outubro de 2009

---

<sup>1</sup> Jornalista graduado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), ex-repórter do jornal Gazeta do Povo, editor da página Notícias do portal R7 ([noticias.r7.com](http://noticias.r7.com))

## **Resumo**

A Gazeta do Povo desempenhou importante papel público durante o chamado “novembro do terror”, período em que vários casos de violência contra a infância estiveram na agenda pública paranaense. O presente estudo analisa o noticiário do período e encontra defeitos e virtudes da cobertura do jornal a partir de uma matriz de seis elementos, apontando as formas desejáveis de se tratar o tema na mídia com base no estado da arte sobre a cobertura jornalística e a proteção de violência contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Mídia. Violência. Infância. Jornalismo. Comunicação.

---

## INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa são a melhor representação de espaço para os grandes debates de interesse público. Tal discussão se dá de maneira clara principalmente quando há a proposição de se oferecer jornalismo ao seu público - ou receptor, como preferem os teóricos da comunicação. Por isso, merecem toda a atenção e análise constante. “Na era da informação atual, (...), família, igreja e escola não são mais as principais fontes de conhecimento acerca da sociedade” (DUMOVA, FIORDO e RENDHAL, 2008).

Com o passar do tempo, as entidades de defesa da criança começaram a dar a devida importância à mídia. Uma em especial, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) simboliza com perfeição esse contexto. Em um de seus vários papers, a entidade deixa claro porque é tão importante entender os meios de comunicação de massa: “A mídia colabora direta e indiretamente na socialização de meninos e meninas. Isso porque suas mensagens são transmitidas não apenas para crianças, mas também para outros atores com funções de socialização (pais e professores, por exemplo)”. Ou seja, há que se ter especial cuidado e constante análise da mídia. Em um histórico editorial, o jornal O Estado de S. Paulo reconheceu essa condição:

O cidadão médio alheio a outras fontes de conhecimento e de pensamento está hoje inteiramente exposto à influência dos meios de comunicação, particularmente os eletrônicos, que muito mais do que meios de informação são grandes disseminadores de costumes e comportamentos. É natural que exista uma conexão entre o que a mídia produz numa determinada sociedade e a realidade própria dessa sociedade, pois o produto e o meio interagem reciprocamente. (2000)

Entre os temas, a cada ano que passa ganha destaque a questão da violência infantil, ato repudiado por unanimidade pelas empresas de comunicação - não se tem notícia até o momento do endosso de algum jornal desse tipo de comportamento.

Porém, por mais que haja crítica aos alçozes da violência infantil, é de suma importância que os meios noticiem os fatos relacionados a esse fenômeno com qualidade e responsabilidade. Seja no sentido de preservar os protagonistas da notícia ou a sociedade como um todo, que pode se ofender ou entender mal o assunto, formando uma ideia distorcida. O respeitado Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) endossa essa posição:

Ressalta-se a importância da inclusão do tema nos currículos escolares, viabilizando aos alunos a conscientização dos seus direitos, a prevenção e a identificação de situações de violência. Reconhece-se como prioridade a mobilização social em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, em especial, no que se refere à violência. Por isso, recomenda-se: (...) 4) a divulgação do problema nos meios de comunicação de massa. (LEAL, 1999)

No entanto, convém saber se a divulgação está sendo feita de maneira correta e de acordo com os preceitos de informação qualificada. O presente artigo científico visa analisar e apontar os erros e acertos da mídia diante da violência infantil - seja em reportagens sobre casos específicos ou artigos com o macro contexto do tema.

A temática deve interessar não só aos que estão diretamente envolvidos com a rede de proteção infantil, mas também aos próprios meios de comunicação. Afinal, o caso Escola Base<sup>2</sup>, visto como o maior erro da imprensa brasileira, era um suposto caso de violência infantil.

O objeto de estudo refere-se ao período particularmente crítico e extremo em termos de casos de violência infantil no Paraná. O mês de novembro de 2008 foi chamado por parlamentares de "Novembro do Terror", tal era a quantidade de casos de violência infantil vindo à tona na mídia paranaense. Em especial, dois

---

<sup>2</sup> Em março de 1994, a mídia brasileira – em especial a de São Paulo – denunciou um suposto caso de pedofilia por parte dos donos da Escola de Educação Infantil Base de São Paulo com seus alunos. As fontes eram todas de órgãos oficiais e de parentes das crianças. Os acusados tiveram exíguo espaço para defesa. Com a repercussão sensacionalista, a escola foi depredada e os acusados ficaram abalados moralmente, o que os levou a mudar de casa. O delegado do 6º Distrito Policial seguiu a voracidade da imprensa e decretou prisão preventiva dos acusados. Eles ficaram na prisão menos de uma semana. No dia 22 de junho o caso foi arquivado por falta de provas. O caso hoje é reconhecido como o maior erro da história da imprensa brasileira - leia mais em RIBEIRO, 1995.

casos chamaram a atenção: o da menina Rachel Genofre, cujo corpo foi achado dentro de uma mala jogada na rodoviária de Curitiba com sinais de violência sexual; e o de Lavínia Rabeche da Rosa, morta dentro da própria casa por um homem até então considerado amigo da família. Ambas tinham nove anos. Ambas lutaram contra os criminosos para não serem molestadas, de acordo com exames de corpo de delito feitos pelo Instituto Médico Legal.

Para tentar captar como a mídia se comportou durante esse período, servirá como parâmetro o Jornal Gazeta do Povo, a principal publicação impressa do estado cuja linha editorial preza os valores do jornalismo clássico, em oposição ao tratamento sensacionalista das informações dado pelos meios chamados populares.

Não é preciso ser um profundo observador das tendências da comunicação para perceber que o jornal impresso não é a forma preferida dos brasileiros de se informar. A televisão tem muito mais audiência e aceitação na sociedade brasileira. Porém, dois argumentos básicos não invalidam a análise.

O primeiro é que as pautas e informações do jornal impresso ainda são uma das principais fontes para a produção de matérias. Não se tem registro de uma redação de televisão sem a assinatura de jornais. A influência na via contrária também acontece, ou seja, as televisões também influenciam o jornal impresso, bem como rádios, sites, revistas, entre outros. Logo, o jornal impresso deve ser entendido como um pequeno excerto deste emaranhado informativo que hoje compõe os meios de comunicação. Como glosa o professor Carlos Soria, vice-presidente do departamento de Innovación Periodística da Universidade de Navarra, “a televisão abre o apetite, o jornal sacia a fome” (in Di Franco, 1995).

O outro argumento relevante tangencia o anterior: jornalistas, por mais que trabalhem em diferentes meios, compartilham dos mesmos valores. Segundo a definição de Traquina<sup>3</sup> (2005), jornalistas são uma comunidade global com as linhas de atuação e critérios bastante similares.

---

<sup>3</sup> Em vasta pesquisa que deu origem ao livro “Uma comunidade interpretativa transnacional - a tribo jornalística”, Nelson Traquina chega a conclusão de que os valores e critérios jornalísticos são, em sua maioria, compartilhados por profissionais de todo o mundo. Ritos como entrevistas coletivas,

O autor desse artigo participou ativamente das notícias em novembro de 2008, o período estudado, trabalhando no jornal como repórter. No entanto, isso em nada enviesará o presente artigo, pois o trabalho jornalístico se caracteriza por várias etapas com a participação de diversos profissionais, aos moldes de uma verdadeira manufatura, como será explicado com mais detalhes no momento apropriado. Ao contrário, a participação no processo de feitura do objeto de estudo pode dar uma visão única das engrenagens que funcionaram durante a cobertura jornalística do período.

Como o teórico do jornalismo e atual ombudsman do jornal “Folha de S.Paulo”, Carlos Eduardo Lins da Silva, executou trabalho quanto ao comprometimento do autor no seu clássico livro do jornalismo “Mil Dias” (2005). Nele, o jornalista analisa o “Projeto Folha”, mais importante reformulação de um veículo de comunicação nos anos 80. Silva usou de seu ponto de vista privilegiado para analisar o jornal e fazer um trabalho singular, reconhecido em várias universidades – as turmas de 2003 de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) o tinham como leitura obrigatória, por exemplo.

Assim como Silva na época em que escreveu “Mil Dias”, o autor deste artigo não tem mais vínculos com a empresa analisada.

## 1 O QUE DEFINE A QUALIDADE DO JORNALISMO

Antes de iniciar a análise dos valores almejados em uma reportagem sobre violência infantil, convém definir os preceitos básicos para todas as notícias. Para isso, nos baseamos nos principais manuais de redação do jornalismo Brasileiro (VÁRIOS, 2007; MARTINS FILHO, 1997; ZERO HORA, 1994; BARBOSA e RABAÇA, 2001). As características e valores também são as de vários países, como deixa claro o manual de redação da editora Perfil, "Cómo Leer el Diario" (FONTEVECCHIA, 2007) e o já clássico estudo de Nelson Traquina (2005).

Listaremos nos próximos apartados características pertinentes ao presente estudo e que serão consideradas durante a avaliação das notícias do novembro do terror.

### 1.1 ISENÇÃO

O primeiro e centenário conceito é com relação a isenção. "Comment is free, but facts are sacred" (comentários são livres, mas fatos são sagrados), frase criada pelo então editor do jornal britânico The Guardian Charles Prestwich Scott em um ensaio em 1921, é uma das mais clássicas frases que resumem esse conceito. Ou seja, os comentários e análises – geralmente representados na figura dos articulistas e nos editoriais – são livres para ter qualquer opinião e expressá-las nos seus artigos. Mas os fatos são sagrados, não podem ser deturpados ou omitidos. Como as matérias e reportagens de um jornal não se propõe a emitir juízo de valor, logo devem ser isentos e o mais honesto possível.

Para chegar a condição de qualidade suprema do jornalismo, a isenção teve de superar debates semânticos e éticos longevos que preconizavam a imparcialidade como a verdadeira virtude raiz da atividade. No entanto, é consenso entre pensadores e estudiosos dessa práxis de que a imparcialidade, ou seja, a eliminação total da subjetividade, é uma utopia - assim como a neutralidade científica. O primeiro passo que desencadeia a feitura de uma notícia é escolher, justamente, o que merece ser noticiado. Essa é uma escolha que esbarra em preceitos subjetivos.

A isenção, ou, pelo menos, a incessante busca por ela, supõe que os fatos serão expostos de forma honesta e despida de preconceito, sem tomar partido de um lado ou de outro. O professor Carlos Alberto Di Franco (1995) resume bem o que se espera de um jornal no tocante a isenção:

O que se espera da imprensa é um honesto e permanente esforço de isenção. Certa dose de subjetivismo, inevitável na seleção das notícias, não justifica operações de engajamento editorial. Omissões gritantes e promoções artificiais conspiram contra a credibilidade da mídia. Antipatias ou simpatias devem estar longe das redações. A matéria-prima do jornalismo é a informação. Seu único compromisso deve ser com a verdade. (...) O jornalismo só admite um engajamento: o compromisso com a verdade. E o leitor não deve aceitar um produto alterado. (DI FRANCO, 1995)

## 1.2 OUTRO LADO

“A mídia é uma arma carregada quando dirigida com intenção hostil contra um indivíduo” (Di Franco, 1995). Para evitar os assassinatos de reputação, outra característica desejável é ouvir todos os lados da questão, permitindo que todos os envolvidos com a notícia se manifestem, inclusive acusados e réus confessos. Nesse caso, as notícias do setor policial – e as notícias de violência infantil - tem uma característica especial. Na maioria dos casos, os presos são impedidos pela polícia de se manifestar e, na maioria dos casos, não tem advogado constituído. É fundamental esclarecer esse fato para o leitor, que não tem obrigação de conhecer os pormenores da segurança pública.

Mesmo que a acusação não parta do repórter – muitas vezes fontes entrevistadas acusam uma pessoa ou instituição - é preciso dar a oportunidade do ofendido se defender.

## 1.3 LÉXICO

As notícias de segurança pública também devem seguir critérios estritos com relação ao léxico. Não cabe ao jornalista acusar ninguém. Logo, descrever

um sujeito como “bandido” e suas variações (como “ladrão”, “criminoso”, “estuprador”, entre outras palavras), já pressupõe um juízo de valor. Porém, em duas situações os manuais prevêm que se pode qualificar alguém como “bandido”:

- 1) Quando se trata de réu confesso;
- 2) Quando se trata de prisão em flagrante.

Também cabe avaliar se não há qualquer desvio semântico para abrandar ou deturpar algum aspecto da violência infantil.

#### 1.4 SENSACIONALISMO

A imprensa de qualidade não deve fazer da violência um show mórbido para ganhar audiência. É sabido que os temas mórbidos são de interesse geral do ser humano e atraem audiência. Porém, há um acordo tácito entre os meios de comunicação ditos de qualidade (em oposição aos populares e sensacionalistas) a evitarem descrições dos atos violentos com detalhes do crime para não incitar a prática, para não influenciar de maneira negativa audiência de menores de idade e para não expor a vítima ou seus familiares a uma situação vexatória.

Como José Arbex Júnior (2001) deixa claro em sua obra, os critérios deontológicos vão se abrandando com o tempo e é necessário estar vigilante para que a notícia não vire um mero espetáculo vazio, apenas para entreter a audiência.

Apesar do jornal Gazeta do Povo ser reconhecido como um jornal de qualidade, muitas vezes é visível que suas páginas trazem mais notícias de violência que seu jornal concorrente Tribuna do Paraná – publicação do Grupo Paulo Pimentel que se apresenta como popular. Dicotomias como essa da Gazeta do Povo com a Tribuna do Paraná se apresentam em várias regiões do mundo. Em Nova York, nos Estados Unidos, durante a primeira metade do século 20 essa dicotomia era representada pelo New York Times, mais sério, e o News, mais popular. Certa vez, o lendário Publisher do New York Times Adolph Ochs foi questionado sobre o crescente espaço dado as notícias de violência, que

superariam até mesmo ao News. “Quando o News notícias violência, é como sexo. Quando o Times o faz, é sociologia”, foi a resposta de Ochs (TALESE, 1969). Veremos, no próximo capítulo, se a Gazeta do Povo em especial esteve fazendo “sociologia” em suas páginas.

Também Di Franco (1995) desmonta um dos mais surrados argumentos dos veículos populares, o de mostrar a “realidade”. “A pretexto de mostrar a vida como ela é, arma-se um desfile daquilo que a natureza humana é capaz de produzir de mais sórdido. E o espectador (...) mergulha num clima de alienação e perplexidade”.

## 1.5 IDENTIDADE

Os manuais de redação são unânimes no tocante a identidade das crianças e adolescentes que estão envolvidas com alguma situação de crime ou infração. Tanto vítimas quanto supostos autores da ação devem ter suas identidades preservadas.

Os manuais não são claros sobre até onde esse acobertamento deve ir. É comum alguns jornais usarem apenas as iniciais, outros expõe familiares do menor de idade ou o bairro onde mora, dando pistas sobre a identidade do mesmo.

A Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI) informa em seus manuais (em VIVARTA, 2007, por exemplo) que o correto é evitar ao máximo qualquer tipo de identificação do menor de idade. É permitido o uso de alguma alcunha que não tenha nenhuma relação com o nome ou as características físicas do menor de idade ou uma sigla que não tenha nenhuma relação com o nome ou apelido do mesmo.

A recomendação da Andi nada mais faz do que seguir a Convenção sobre os Direitos da Criança:

Nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas

ilegais à sua honra e reputação. 2. A criança tem direito à proteção da lei contra tais intromissões ou ofensas.(UNICEF, 1990)

Nos casos em que os familiares são os algozes da criança, é preferível não identificá-los. Cabe ressaltar esse detalhe, já que muitas vezes os próprios policiais incentivam a divulgação do nome e imagem do preso a fim de incentivar mais depoimentos que possam pesar no inquérito policial. Historicamente a imprensa tem colaborado com esse objetivo, mas no caso de envolver uma criança, é preferível poupá-la.

A questão desse tópico fica a cada dia mais importante em razão do contexto tecnológico em que vivemos. Hoje é possível buscar nos arquivos dos jornais com simples palavras-chave. Imaginemos uma situação hipotética em que, anos depois de sofrer uma violência, uma determinada pessoa vá buscar emprego em uma empresa que tem o costume de investigar a vida pregressa dos seus candidatos. Isso poderia levar a pessoa a uma situação discriminatória.

A situação em termos legais muda quando há um assassinato. O interesse público passa a vigorar em detrimento a imagem da privacidade da vítima. Tudo, claro, dentro do que tange o interesse público. Esse direito, como sublinha o jornalista e teórico espanhol Juan Luis Cebrián, tem limite.

“Não há direito ilimitado, nem que se possa exercer irresponsavelmente, é dizer, sem responder ante ninguém pelo seu próprio uso, Não existe razão alguma, nem na ética, nem desde uma interpretação racional dos princípios profissionais, que justifique indicar os dados pessoais de Maria [nome fictício usado pelo autor em sua obra] em um programa de grande audiência, submetendo-a ao vilipêndio social. Ninguém se beneficia disso, nem sequer a curiosidade do espectador. (...) É pura bazofia informativa, pura agressão inútil a uma pessoa maltratada pela vida que vê, assim, somar-se a suas penalidades ser apontada com o dedo e quem sabe a discriminações posteriores, em sua família, em seu trabalho, entre seus amigos, em seu ambiente” (CEBRIÁN, 2003)

## 1.6 SERVIÇO

A partir de um ponto de vista funcionalista do jornalismo (HOHLFELDT, MARTINO E FRANÇA, 2001), uma das funções que as notícias cumprem na sociedade é informar questões pragmáticas a cerca do assunto, dando informações didáticas sobre como o leitor deve agir se um dia se deparar com situação similar. No caso específico da violência infantil, se encaixam como funções do jornalismo a denúncia, a prevenção e a participação do cidadão no processo de proteção a criança.

Aqui, deve ser avaliada a questão didática da informação e a divulgação de meios de contato dos órgãos competentes.

## 2. GAZETA DO POVO

A Gazeta do Povo é o maior jornal do Paraná em termos de circulação e o mais influente. É um veículo agregado a Rede Paranaense de Comunicação (RPC), conglomerado de comunicação que também é dono de oito canais de televisão (todos filiados a Rede Globo), outro jornal impresso (Jornal de Londrina), duas rádios e um portal de internet (RPC.com.br).

Assim como a maioria dos jornais, as informações de bastidores da Gazeta do Povo são difíceis de obter. “A indústria dos jornais é uma das que apresenta o menor grau de transparência no setor produtivo privado” (Castilho, 2009). Por isso, os dados sobre a circulação e tiragem do jornal são imprecisos. Comenta-se algo em torno dos 35 mil a 42 mil de média diária, o que não coloca o jornal como um dos dez maiores do país.

Fundada em 1919, Pela comemoração dos seus 90 anos, o marketing da Gazeta do Povo adotou o slogan “independente” para o jornal em suas peças publicitárias, um reforço ao conceito discutido na parte 1.1 deste trabalho, que tratou sobre a isenção.

A Gazeta do Povo conta com cerca de 150 pessoas no quadro da Redação, entre repórteres, revisores, diagramadores, editores e todos que estão envolvidos

diretamente com o conteúdo do jornal. Por trás da assinatura de um repórter, há muito mais.

Por mais que figure o nome do repórter, o jornalismo se caracteriza por ser um trabalho em equipe, um processo com muitas fases. Na parte da manhã, há uma reunião com os editores-executivos que decidem assuntos a serem destacados e o espaço que terão na edição do dia seguinte. São eles que designam os repórteres a cobrirem determinados temas. Como é natural de uma profissão que lida com o inesperado, ao longo do dia tudo pode mudar. Os editores podem designar os repórteres para pautas de última hora e que não estavam planejadas. Depois do repórter (ou os repórteres) redigir o texto – geralmente já sabendo de antemão o espaço que foi determinado pela equipe de diagramação –, ele passa pela leitura de um editor (ou mais, pois matérias de capa geralmente são lidas também pelo chefe de redação, o mais alto cargo que lida diretamente com a redação), que o revisará e retificará o que puder. Logo, são várias instâncias no *modus operandi* do jornalismo, o que dilui a autoria.

Além disso tudo, há sempre a cultura da empresa que também altera a enunciação. Em 2008, o jornal passou pela sua mais radical mudança gráfica e editorial. Muitas editoriais – como são chamadas as seções do jornal – mudaram de nome e de editores responsáveis. As notícias que analisaremos a seguir figuraram na parte de Vida e Cidadania, seção outrora chamada Paraná, equivalente a cidades ou geral nos outros jornais. A reformulação deu um ar mais dinâmico para a Gazeta do Povo, mas que segue com sua característica conservadora em seus editoriais.

Infelizmente, a Gazeta do Povo não enfrenta ameaça de concorrentes regionais de peso. O Paraná tem outros três jornais aferidos pelo IVC: Folha de Londrina, cuja sede e enfoque é a cidade do norte do Paraná, Tribuna do Paraná, cujo enfoque é o jornalismo popular, e O Estado do Paraná, cuja circulação é reduzida – nem um terço da Gazeta do Povo. Esses dados reforçam, mais uma vez, a razão da escolha da Gazeta do Povo para este artigo.

### 3. NOVEMBRO DO TERROR

A expressão “novembro do terror” surgiu nos corredores da Assembleia Legislativa do Paraná. A designação coube ao mês de novembro de 2008, um mês onde vários casos de violência contra crianças e adolescentes no Paraná vieram a tona.

Convém destacar que antes da onda de casos de crimes hediondos contra a infância, o Brasil assistia estarecido ao desenrolar da história da morte de Isabella Nardoni, a menina de cinco anos de idade que faleceu no dia 29 de março de 2008 ao cair da janela de seu apartamento. O pai da menina, Alexandre Alves Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá, foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público como autores do crime.

Outro caso que chocou o país foi o sequestro de mais de cem horas da adolescente Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, que terminou com o assassinato da mesma. O ex-namorado de Eloá Lindemberg Alves Fernandes, de 22 anos, é apontado como o autor dos disparos, no dia 17 de outubro de 2008. Os dois casos mencionados se deram em São Paulo.

A morte da menina Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre, de 9 anos, pode ser entendida como o marco-zero do “novembro do terror”. O corpo dela foi encontrado dentro de uma mala jogada embaixo de uma escada na rodoferroviária de Curitiba com sinais de violência sexual e múltiplas agressões – posteriormente confirmados pela perícia do Instituto Médico Legal, que ainda agregou o dado de que ela lutou contra seu agressor. A rodoferroviária da capital paranaense fica a menos de 200 metros de distância da Delegacia de Homicídios, posto da Polícia Civil especialmente designado para investigar esse tipo de caso. Até a conclusão deste trabalho, o inquérito policial estava em aberto.

Lavínia Rabeche da Rosa, de 9 anos, foi outra vítima que se enquadra no trágico novembro. Ela foi morta no dia 16 de novembro dentro de casa por um então amigo da família que tentou abusar sexualmente dela. O acusado confessou o crime e foi preso. A mãe foi indiciada pelo crime de abandono de incapaz.

A violência chegou até a cidade de Castro, região dos Campos Gerais, onde Alessandra Subtil Betim, 8 anos, recebeu uma pancada na cabeça e foi estuprada. Morreu por traumatismo craniano. Seu corpo foi achado em um terreno baldio.

Em Fazenda Rio Grande, cidade da região metropolitana de Curitiba, um Pai foi acusado de abusar de pelo menos 9 filhos. O acusado morava com três mulheres e os 14 filhos em duas casas no mesmo terreno.

Outros casos de menor repercussão se deram no estado nesse mesmo período. A expressão “novembro do terror” foi então consensual entre políticos de oposição e situação.

### 3.1 A GAZETA DO POVO EM MEIO AO NOVEMBRO DO TERROR

Antes de analisarmos as notícias sobre violência infantil noticiados pelo jornal Gazeta do Povo durante o mencionado período, convém destacar que em meio a pesquisa das edições da época foi perceptível que o jornal não só noticiou casos de violência como também tratou de outros assuntos afins da infância e adolescência, como educação, saúde, lazer, entre outros. Convém ressaltar que o jornal mantém um suplemento semanal voltado especialmente para crianças e adolescentes, a Gazetinha. Portanto, a presente análise não se propõe fazer um juízo sobre a postura editorial do jornal Gazeta do Povo como um todo. O objeto de pesquisa aqui são as matérias de violência contra crianças e adolescentes veiculadas por esse jornal.

Para avaliar as notícias, adota-se a análise do discurso, que avalia todas as vozes no texto. A metodologia difere da análise de conteúdo, que faz um rastreamento e contagem de palavras-chave. Em razão dos vocábulos terem diferentes sentidos variando de acordo com o contexto noticioso e da alta quantidade de enunciadores em um texto jornalístico (além do repórter, há entrevistados e outras fontes de informação).

Em novembro de 2008, a Editora Vida e Cidadania da Gazeta do Povo teve 64 matérias sobre violência infantil no Paraná – média superior a dois por dia,

bastante elevado para um jornal voltado para classe AB. Isso não significa que houveram 64 crimes noticiados. Muitas das matérias eram acompanhamentos dos desdobramentos dos casos ou análises sobre a violência infantil. Uma explicação para a alta quantidade de notícias é um claro *fait-divers* criado pelo assassinato de Rachel. *Fait-divers* é uma “notícia que desperta interesse do leitor por implicar rompimento insólito ou extraordinário do curso cotidiano dos acontecimentos” (BARBOSA e RABAÇA, 2001). Os outros assassinatos seguiram alimentando esse interesse no tema.

Entre as análises, convém destacar uma impactante manchete da edição do dia 13 de novembro de 2008: “A cada seis horas, uma criança sofre abuso sexual no Paraná”. O título da matéria na página interna segue contextualizando os números: “Mais de 1,5 mil crianças são vítimas de abuso por ano no PR”<sup>4</sup>.

É importante esse tipo de análise para mostrar a dimensão exata da questão ao leitor. Afinal, quando se noticia um caso de alto interesse público, ficam dúvidas sobre a real dimensão de casos similares.

Outra edição que cabe destaque foi a do dia 11, onde a metade das páginas da editoria Vida e Cidadania vieram com o cabeçalho “Infância Destruída”, apenas com notícias de violência infantil.

Como se vê, as pautas da Gazeta do Povo foram criativas, importantes e interessantes. A execução das matérias, no entanto, teve problemas. Vamos a eles nos próximos quatro subcapítulos, por ordem de maior incidência dos erros para depois no quinto apartado vermos os pontos fortes e positivos do noticiário.

### **3.1.1 Serviço**

Entre os seis elementos que analisamos aqui, o que tem mais falhas é o sexto, o serviço. Apenas duas das 64 matérias ensinaram maneiras do cidadão interagir e agir caso estivesse em situação similar, por exemplo dando o telefone

---

<sup>4</sup> A reportagem se baseou em dados da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco em Curitiba e do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia). “E a situação pode ser ainda bem pior: (...) estudos mostram que para cada notificação recebida existem outras vinte ocorrências que não são registradas”, ressalva a reportagem.

da polícia para caso o leitor tivesse informações sobre o crime. Lamentável a perda de oportunidade de destacar sites, endereços ou qualquer forma de contato com instituições de proteção a infância.

Um exemplo dessa oportunidade perdida foi na matéria “Basta”, da edição de 12 de novembro. Ela discorre sobre a criação de leis que recrudescem a punição de crimes de ordem sexual de crianças. Uma simples linha apontando o endereço eletrônico da Câmara dos Deputados para que o leitor possa interagir com o deputado na qual votou, registrando sua ratificação ou retificações à lei daria a oportunidade do cidadão participar do debate.

Como deixa muito claro Moraes (2002), existe uma demanda dos leitores por mais interatividade, por mais possibilidades de interagir diretamente com os eventos, “há de se construir estruturas, espaços e respostas que possibilitem essa interação”. E no caso da matéria “Basta”, uma linha seria suficiente, não estamos falando de estruturas muito grandiosas.

### **3.1.2 Outro lado**

Outro ponto fraco do noticiário foi com relação ao outro lado. Em 21 matérias havia acusações ou dados negativos sobre uma determinada instituição ou pessoa sem, aparentemente, dar oportunidade para que o acusado se defenda. Se houve a tentativa, o jornal não a registrou em suas páginas. Muitas das acusações eram conhecidas da maior parte da população – policiamento ineficiente, por exemplo. Mesmo assim, é justo dar a oportunidade do ofendido se defender, por mais que as respostas às vezes soem repetitivas. Em muitos dos casos, é provável que o acusado estivesse preso e inacessível a reportagem, mas aí esbarramos em outro valor do jornalismo que não está entre os listados: a objetividade, que é o abre-alas do discurso jornalístico (BARROS FILHO, 1995). Ou seja, o texto jornalístico não deve dar margem para interpretações subjetivas.

Um exemplo do que me refiro está na matéria “Polícia prende o suspeito nº1 do caso Rachel”, de 10 de novembro. Logo no primeiro parágrafo, a matéria reproduz uma grave acusação:

O principal suspeito de matar a menina Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre, 9 anos, está preso. Jorge Luiz Pedroso Cunha, 52 anos, foi encontrado pela polícia na manhã de ontem em Itajaí, no estado de Santa Catarina. A Polícia Civil agora vai recolher material genético do suspeito para fazer uma comparação de DNA. O exame é considerado a prova mais importante para solucionar o caso. (GAZETA DO POVO, 2008)

Depois, ficou provado que Jorge Luiz Pedroso Cunha não era o assassino de Rachel. Ele não se pronunciou nenhuma vez durante todo o mês analisado. Posso afirmar porque efetivamente trabalhei no caso que foi porque ele estando preso, a reportagem não tinha como conversar com ele e ele não tinha advogado ou parente. Porém, essa informação eu sei e mais alguns. O leitor, em geral, não tem como saber. Era necessário dar espaço para o contraditório.

### **3.1.3 Identificação**

Entre as matérias analisadas, doze tinham defeitos com relação a identificação de menores. Grande parte dos equívocos é proveniente do arco de matérias sobre o assassinato da menina Lavínia. Posteriormente, a mãe dela foi indiciada por abandono de incapaz. O jornal registrou várias vezes nome e sobrenome da mãe e mencionou haver ainda outra filha, de cinco anos. Em uma das matérias é revelado a escola onde essa criança estuda.

Outro erro se deu em uma matéria intitulada “Professor é acusado de agressão contra alunos”, a respeito de um crime na cidade de Guabirota. Um menino, uma das supostas vítimas, aparece em uma foto de costas abraçado com a mãe, que mostra o rosto na imagem. O texto da reportagem também traz o nome dela, além da escola onde o suposto crime se deu.

Um bom exemplo de como lidar com essa questão, já que, como dito no apartado 1.5, a identificação dos mortos é permitida, se mostra na primeira matéria da série analisada. Na edição do dia 3 de novembro de 2008, a Gazeta do

Povo trouxe a matéria intitulada “Adolescente é morta a tiros na saída de baile”, onde uma garota de 16 anos morreu baleada e outro menor de idade ficou ferido. O nome da vítima fatal foi publicado, enquanto que a pessoa que ficou ferida teve seu nome omitido. Não houve nenhum tipo de prejuízo para a informação, como se vê no excerto abaixo.

O ocupante de um Ford Escort preto, que teria sido alvo do grupo, revidou com tiros. Foram disparados cinco tiros contra o grupo. Um deles atingiu Suellen na barriga. Ela morreu antes de chegar ao hospital. Uma hora antes, na mesma região, um adolescente de 17 anos que também estaria no mesmo clube, foi ferido com tiros nos pés. A polícia investiga se há relação entre os crimes. (GAZETA DO POVO, 03/10/2008)

#### **3.1.4 Sensacionalismo**

Com relação ao sensacionalismo, defeito recorrente em temas policiais, o jornal incorreu apenas duas vezes. Em uma delas, com o título “Pai de Rachel Genofre articula campanha contra pedofilia”, do dia 12 de novembro de 2008, uma entrevista com Michael Genofre foi impregnada de perguntas desnecessárias e com o único fim de provocar emoções ou expor a vida particular do mesmo. Por exemplo: “Vocês foram questionados muito em relação se havia algum sentimento de culpa. Existe?”. As respostas dele tinham pouco a acrescentar ao tema, além do claro objetivo de provocar emoções no público leitor.

#### **3.1.5 Léxico e Isenção, os pontos fortes**

As duas características fortes e positivas do noticiário da Gazeta do Povo são com relação a isenção e ao léxico empregado. Apenas sete matérias tiveram uma clara definição ideológica – todas no sentido de defesa da criança e do adolescente, ressaltando-se. A isenção é sem dúvida o maior dos desafios frente ao tema da violência infantil, que mexe com alta carga sentimental. O jornal é feito por pessoas, muitas delas com famílias e às vezes se envolvem com as notícias. A isenção pode ter sido perdida, mas pode ser que o leitor tenha se envolvido mais

com o tema, afinal as quebras de isenção produziram relatos que partiam do ponto de vista mais próximo da lógica dos valores da sociedade, podendo quem sabe ter resultado em uma aproximação mais interessante do tema.

O domínio verbal dos vocábulos é sem dúvida a grande força da Gazeta do Povo. Não houve nenhum deslize de palavra mal empregada no noticiário. O benefício da dúvida ao acusado, a nomenclatura criminal adequada, correta menção de cargos são algumas das forças mais claras do noticiário.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentro do jornalismo, há um chiste que compara os erros da profissão com a de outra: “se um médico esquece o bisturi na barriga de um paciente, só ele e o paciente ficam sabendo. Se um jornalista erra uma vírgula, o mundo todo fica sabendo e rindo na mesma hora”. Ou seja, qualquer um está sujeito ao erro. Só que dado o caráter público da profissão do jornalista, seu desempenho passa pelo escrutínio de milhares. E diariamente, na maioria dos casos.

Soma-se a essa característica o fato do jornalista não digerir bem as críticas dirigidas contra si, “jornalista, tanto quanto governo, não gosta de receber crítica”, como diz o experiente jornalista José Roberto de Toledo (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2004), e temos uma mistura explosiva.

Logo, convém ressaltar que o presente estudo não tem nenhum tipo de implicância nas entrelinhas – como deixei claro no início, trabalhei na Gazeta do Povo e posso dizer, sem nenhum tipo de obrigação, que é um jornal digno e que tenta fazer o melhor pelos seus leitores. A Gazeta do Povo foi escolhida por ser o veículo impresso que melhor representa a imprensa paranaense.

Os erros aqui apontados merecem, claro, servir para o começo de uma reflexão mais profunda, buscando sempre o aperfeiçoamento para melhor proteger as crianças e adolescentes. Os acertos devem ser estendidos a todos os veículos de imprensa. Reconhece-se que o debate é incipiente e recém começou – o presente artigo deve ser visto como um passo nessa discussão maior.

A Gazeta do Povo fez uma cobertura tortuosa e com ressalvas técnicas da violência infantil. Claro que essa discussão é mais elevada e proveitosa do que a necessidade ou não de se noticiar. É um avanço, mas o aperfeiçoamento é desejável para todos.

Durante o período, apesar dos erros detectados, a Gazeta do Povo não fez nenhuma errata ou emenda às notícias analisadas. Isso denota que os equívocos não foram reconhecidos, etapa essencial para que sejam retificados.

Ainda é preciso analisar outros veículos de imprensa e apontar normas comuns para todos os veículos de comunicação, independente de serem concorrentes ou não. Uma das normas clássicas e compartilhadas por todos os grandes meios de comunicação é o de não noticiar suicídios (VALA e ORDAZ, 1997). Tal prática visa não estimular esse comportamento na população e é seguida por todos os grandes veículos.

## Referências Bibliográficas

ARBEX JÚNIOR, J. Showrnlismo - a Notícia Como Espetáculo. 1ª Edição, São Paulo. Casa Amarela, 2001.

BARBOSA, G e RABAÇA, C.A. Dicionário de Comunicação. 2ª Edição, Rio de Janeiro. Campus, 2001.

BARROS FILHO, C. Ética na comunicação - da informação ao receptor. São Paulo. Moderna, 1995

CASTILHO, C. “Indústria dos jornais brasileiros ignora transparência para manter cacoete” in Código Aberto. Disponível em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id\\_blog=2&id=D7035EC5-610E-4E03-BC5B-4F2026112DF9](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=D7035EC5-610E-4E03-BC5B-4F2026112DF9) (acessado dia 12 de outubro).

CEBRIÁN, J L. Cartas a un Joven Periodista – y um epílogo para adolescentes. Madrid. Aguilar, 2003.

DI FRANCO, C. Jornalismo, Ética e Qualidade. 1ª edição, Petrópolis. Vozes, 1995.

DUMOVA, Tatyana, FIORDO, Richard e RENDAHL, Stephen – “Mass media, television, and children’s socialization: making peace with TV”, in: Communication & Social Change, volume 2, issue 1, June 2008, pp. 174-192.

FONTEVECCHIA, J. Cómo Leer el Diario – Gramática y estilo. 1ª Edição, Buenos Aires. Planeta, 2007.

GAZETA DO POVO. Edições de 1º de novembro de 2008 até 30 de novembro de 2008. Curitiba, Editora Gazeta do Povo, 2008.

HOHLFELDT, A., MARTINO, C. e FRANÇA, V (org). Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências. 2ª edição, Petrópolis. Vozes, 2001.

LEAL, M. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe. 2ª Edição, Brasília. Cecria, 1999. Disponível em [http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_iin\\_publicacoes2.pdf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_iin_publicacoes2.pdf) (acessado em 12 de outubro de 2009)

MARTINS FILHO, E. Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo. 3ª Edição, São Paulo. O Estado de S. Paulo, 1997.

MORAES. “O feedback possível: a relação do jornal on-line com o impresso” in Revista Famecos nº 18, Porto Alegre. FMC, agosto 2002.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. O contraditório deve ser mais bem entendido. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprimir.asp?cod=272IMQ009> (acessado dia 18 de outubro de 2009).

O ESTADO DE S. PAULO. “Legítima defesa da sociedade”. Edição de 20 de janeiro de 2000, São Paulo. O Estado de S. Paulo. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/atualiza/artigos/qtv261120004.htm> (acessado dia 23 de outubro)

RIBEIRO, A. Caso Escola Base - Os Abusos da Imprensa. 1ª Edição, São Paulo. Ática, 1995.

SCOTT, CP. “Comment is free, but facts are sacred”. The Guardian, 1921. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2002/nov/29/1> (Acessado em 7 de outubro de 2009)

SILVA, C. E. L. O. Adiantado da Hora – A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo. Summus, 1991.

SILVA, C. E. L. O. Mil Dias – Seis mil dias depois. 2ª edição, São Paulo. Publifolha, 2005.

TALESE, G. The Kingdom and the Power – behind the scenes at The New York Times – the institution that influences the World. Nova York. Random House, 1969

TRAQUINA, N. Uma comunidade interpretativa transnacional - a tribo jornalística. Florianópolis. Editora Insular, 2005.

UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf) (acessado dia 12 de outubro).

VÁRIOS. Manual da Redação – Folha de S.Paulo. 12ª Edição, São Paulo. Publifolha, 2007.

VALA, J. e Ordaz, O. “Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita” in Análise Social, vol. XXXII, 1997.

VIVARTA, V. Piores formas de trabalho Infantil - Um guia para jornalistas. 1ª edição, Brasília. ANDI, 2007. Disponível em [http://www.andi.org.br/\\_pdfs/guia\\_jornalistas.pdf](http://www.andi.org.br/_pdfs/guia_jornalistas.pdf) (acessado dia 12 de outubro de 2009)

ZERO HORA (org.). Manual de Ética Redacional. 2ª Edição, Porto Alegre, 1994.